

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

**PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE DOM PEDRITO
PARTICIPANTES DO PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

LILIAN PARDELINHAS MEIRA

**Dom Pedrito, RS.
2014**

LILIAN PARDELINHAS MEIRA

**PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE DOM PEDRITO
PARTICIPANTES DO PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso Superior de
Tecnologia em Agronegócio da
Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Tecnólogo em Agronegócio.**

Orientador: Prof. Dr. Jairo A. Genz Bolter.

**Dom Pedrito, RS.
2014**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pela autora através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

M514p MEIRA, LILIAN PARDELINHAS
PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE DOM PEDRITO
PARTICIPANTES DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR /
LILIAN PARDELINHAS MEIRA.

51 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO,
2014.

"Orientação: JAIRO ALFREDO GENZ BOLTER".

1. POLÍTICA PÚBLICA. 2. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. 3. PERFIL DOS
AGRICULTORES. I. Título.

LILIAN PARDELINHAS MEIRA

**PERFIL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE DOM PEDRITO
PARTICIPANTES DO PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Tecnólogo em Agronegócio.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jairo Alfredo Genz Bolter.
Orientador
UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito

Prof^a. Dr^a. Jaqueline Mallmann Haas
UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito

Prof. Dr. Rodrigo da Silva Lisboa
UNIPAMPA – Campus Dom Pedrito

Ao meu bem mais precioso, a pessoa mais importante da minha vida, meu filho Claiton pela compreensão, carinho, amizade e amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, por ter me concedido o dom da vida, e força para buscar o conhecimento.

À Universidade Federal do Pampa/UNIPAMPA, universidade pública, geradora de conhecimento, que me proporcionou o convívio com esses professores muito qualificados e uma ótima aprendizagem.

À minha família, aos meus pais, irmã e avó que mesmo sem entender minha ausência, colaboraram para que eu alcançasse esta vitória, orgulhosos com minhas conquistas.

Aos meus amigos, que me incentivaram nesta caminhada.

Ao meu esposo, pela compreensão e auxílio nas tarefas as quais, no momento eu estava ocupada, e ele as executou, agradeço o apoio recebido e também o compartilhamento das alegrias e dificuldades.

A minha mãe, sogra e entre outras pessoas que me ajudaram, para que eu conseguisse estar presente em alguns lugares, estas estavam cuidando do meu filho.

Ao meu orientador, que da sua maneira, por vezes estranha, me trouxe bastante conhecimento e me instigou a buscar ainda mais, agradeço pela dedicação, orientação clara, e pelo seu empenho e esforço nas diversas análises deste trabalho.

À secretaria da educação/Setor de Merenda Escolar, pelas informações, recebidas e sempre um ótimo atendimento quando eu necessitava, especialmente a nutricionista responsável.

À EMATER pelo auxílio no agrupamento de informações, disponibilidade e presteza, para todo o andamento deste trabalho.

Aos agricultores familiares, que quando estive em suas propriedades, sempre fui muito bem acolhida, e estes bastante atenciosos, prontos para fornecer as informações solicitadas.

Especialmente, ao meu querido filho, pelos momentos em que estive ausente, e pelo menino maravilhoso que é sempre muito compreensível.

E a todos que de uma forma ou de outra, colaboraram para que eu conseguisse realizar este trabalho.

“O Aprendizado é o significado mais límpido da vida, pois jamais se termina uma existência sem que se aprenda algo”.
Maria Clara Fraga Lopes

RESUMO

Ao analisar a importância da alimentação escolar, esta estabelecida por políticas públicas de segurança alimentar e Nutricional, percebe-se a grande relevância da alimentação adequada para quem dela necessita. O presente trabalho teve como objetivo analisar o perfil dos agricultores familiares que participam e atuam junto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Dom Pedrito, estado do Rio Grande do Sul. Do ponto de vista teórico realizou-se um estudo sobre o que é o Programa Nacional de Alimentação Escolar, seu histórico, estrutura e a situação, essa em especial junto ao referido município. Para o desenvolvimento do trabalho optou-se por uma pesquisa que é um estudo de casos múltiplos de caráter exploratório, quantitativa e qualitativa. Foram realizadas oito entrevistas com agricultores, o que totalizou cem por cento dos agricultores inseridos no PNAE e quatro entrevistas com alguns dos principais atores que atuam junto ao Programa no Município. Como resultado, verificou-se que o Programa Nacional de Alimentação Escolar existe no município de Dom Pedrito, porém poderia ter um melhor aproveitamento e alcançar um número maior de agricultores, proporcionando assim um incremento em relação as suas ações. Observou-se também que o Programa tem proporcionado importantes contribuições para os atores envolvidos e beneficiados, quais sejam: os agricultores estão conseguindo acessar de forma fixa, em períodos do ano, um importante mercado para os seus produtos; as escolas estão conseguindo oferecer uma alimentação de melhor qualidade para os alunos; e os alunos estão se alimentado de forma mais correta e logo criando novos hábitos alimentares. Além disso, observou-se que se fazem necessários um maior envolvimento dos atores que atuam junto ao Programa, em especial os do setor público municipal, para que assim ocorra um maior envolvimento e uma ampliação do Programa no Município, o qual ainda está funcionando de forma muito tímida frente ao espaço disponível. Tais atores, em especial os agentes públicos, deveriam estimular e incentivar a participação de agricultores familiares neste programa.

Palavras Chave: Política Pública; Alimentação Escolar; Perfil dos Agricultores.

ABSTRACT

Analyzing the importance of school meals established by public policies for food and nutrition security, we see the great importance of proper nutrition to those who need it. This study aimed to analyze the profile of farmers who participate and work with the National School Feeding Programme in Dom Pedrito, Rio Grande do Sul. From the theoretical point of view there was a study of what is the National School Feeding Programme, its history, its structure and its situation. To develop the work we chose a survey that is a multiple case study exploratory, quantitative and qualitative character. Eight interviews with farmers, which amounted to one hundred percent of farmers entered the PNAE and four interviews with some of the main actors involved with the program in the municipality were held. As a result, it was found that the National School Feeding Programme exists in Dom Pedrito, but could have a better use and reach a greater number of farmers, thus providing an increase in relation to their actions. It was also noted that the program has provided important contributions to the stakeholders and beneficiaries, namely: farmers are able to access the fixed form in periods of the year, an important market for their products; schools are managing to offer a better quality food for the students; and students are fed more correctly and then creating new eating habits. Furthermore, it was observed that are needed greater involvement of actors who work with the program, especially the municipal public sector, so that a greater involvement and an expansion of the Program in the Municipality occurs, which is still functioning very timid against the available space. Such actors, especially public officials, should stimulate and encourage the participation of family farmers in this program.

Keywords: Public Policy; School Food; Profile of Farmers.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Faixa etária dos entrevistados participantes do PNAE	35
Gráfico 2-Relação Período de participação no programa e quantidade de agricultores	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Numero de agricultores e produtos oferecidos no PNAE em Dom Pedrito – RS.	32
Tabela 2: Produtos comercializados atualmente junto ao PNAE, pelos agricultores familiares.	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APPH - Associação Pedritense dos Produtores de Hortifrutigranjeiros

CME - Campanha da Merenda Escolar

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

MEC - Ministério da Educação

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

SMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultura

SMAPIC – Secretaria Municipal de Agricultura Pecuária Indústria e Comércio.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Objetivos	17
1.1.1 Objetivo Geral	17
1.1.2 Objetivos Específicos	17
1.2 Justificativa	18
1.3 Metodologia	18
1.3.1 Técnicas de Investigação e Coleta de Dados	18
1.3.2 Unidade de Observação para o Estudo de Casos Múltiplos	20
1.3.3 Local de Coleta dos Dados	20
1.4 Estrutura do Trabalho	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 Políticas Públicas Agrícolas	22
2.2 Segurança Alimentar e Nutricional	22
2.3 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	24
2.3.1 Histórico do Programa Nacional da Alimentação Escolar	24
2.3.2 Funcionamento do Programa Nacional da Alimentação Escolar	27
2.4 O PNAE em Dom Pedrito	30
2.4.1 Histórico do PNAE em Dom Pedrito	31
2.4.2 Funcionamento do PNAE em Dom Pedrito	33
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	34
3.1 Perfil dos agricultores familiares que participam do Programa Nacional da Alimentação Escolar da cidade de Dom Pedrito	34
3.1.1 Identificação dos Agricultores	34
3.2 Identificação da situação familiar do agricultor (a)	35
3.2.1 Identificação da Propriedade	36
3.2.2 Diversificação Produtiva nas Propriedades	37
3.2.3 Produtos produzidos e comercializados no PNAE nas propriedades familiares	37
3.2.4 Formas e Locais de Entrega dos Produtos comercializados no PNAE	39
3.3 Identificação do agricultor quanto a renda	40
3.4 Período de participação no programa	41

3.5	Contatos para inicialização no programa e negociações.....	42
3.6	Significado do PNAE para as famílias.....	42
3.7	Sugestões de melhorias e aspectos a serem modificados no PNAE segundo os agricultores familiares.....	43
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46

1. INTRODUÇÃO

Quando nos direcionamos ao termo alimentação temos a merenda escolar como sendo fundamental para o bom desenvolvimento e desempenho estudantil nas escolas, em especial nas escolas de comunidades carentes, onde na maior parte dos casos, as famílias carecem de condições financeiras para seu desenvolvimento e logo assim a alimentação das crianças, bem como dos demais membros da família, acaba ficando comprometida.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, primeiramente implantado em 1955 era chamado de Campanha da Merenda Escolar, sofreu diversas modificações até os dias atuais, porém segue seus objetivos básicos que são: garantir por meio da transferência de recursos financeiros federais, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas (FNDE, 2012).

Inicialmente no ano de 1955, identificado como Campanha da Merenda Escolar (CME) o programa atendia apenas escolas do nordeste do país. Em 1988, a partir da Constituição Federal, o Programa passou a ser chamado de PNAE, o qual veio atender a todo o território nacional (FNDE, 2012).

Em 1994 ocorreu uma das maiores transformações do Programa, ou seja, o mesmo sofre a sua descentralização e não mais o governo federal envia a merenda para os municípios, e sim os estados e municípios passam a ser os responsáveis pela aquisição da merenda escolar, a qual é adquirida com os recursos enviados pelo governo federal. A partir de 1997 o programa passou a ser gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é vinculado ao MEC Ministério da Educação (VOOS, 2009).

Atualmente o PNAE é reconhecido como o maior Programa de alimentação escolar do mundo. O Programa que é o mais antigo programa social do Governo Federal Brasileiro tem como principal objetivo: atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes da educação básica, proporcionando também a formação de bons hábitos e práticas alimentares (ORUÉ e BRECAILO, 2011).

Atentando para isso, a merenda escolar se tornou um direito adquirido por lei, visto que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 4º, “estabelece como função do Estado assegurar à alimentação da criança e do adolescente como absoluta prioridade”. Isso faz com que além das escolas estarem envolvidas e preocupadas com o bom desempenho das atividades escolares, proporcionem uma alimentação de qualidade para os estudantes.

Um segundo grande momento vivenciado no Programa ocorreu em 2009, quando foi instituída a Medida Provisória Nº455 de 21/01/2009, a qual se transformou no dia 16 de junho do mesmo ano na Lei 11.947, regulamentada um mês após pela Resolução nº 38. A referida lei tem como objetivo amparar a agricultura familiar, tornando obrigatória a utilização de no mínimo 30% do valor remetido às entidades executoras pelo FNDE na aquisição de gêneros alimentícios desses fornecedores, proporcionando assim alimentação mais saudável para os estudantes nas escolas (TRICHES e SCHNEIDER, 2010).

Se, até então, todas as compras estavam sob a obrigatoriedade de licitações e concorrência pública, a Lei 11.947 possibilita um novo cenário neste contexto e possibilita que a licitação possa ser dispensada, como disposto no seu artigo 14. A aprovação dessa Lei coroa a revisão da legislação do Programa, que, juntamente com o aumento dos recursos repassados, também tem maior abarcamento da população atendida, refletindo a revisão na regulação política do País desde 2003 (TRICHES e SCHNEIDER, 2010).

Em Dom Pedrito, segundo informações obtidas no trabalho de campo exploratório, em setembro de 2009 foi arquitetada e realizada uma primeira reunião das entidades (EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, SMEC - Secretaria Municipal de Educação e Cultura e SMAPIC – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Indústria e Comércio.) para o conhecimento e melhor entendimento da lei 11.947 de junho/2009. Posteriormente foi realizada uma visita aos agricultores familiares da cidade para verificar produção e produtos disponíveis, e em janeiro de 2010 organizou-se uma reunião que foi realizada com todos os agricultores interessados (AMARAL, 2013).

Em março de 2010, foi criada a Associação Pedritense dos Produtores de Hortifrutigranjeiros (APPH), com os quais começaram a ser realizadas reuniões mais precisas e específicas juntamente com o setor de alimentação escolar (SMEC). No segundo semestre de 2010 foi efetuada a primeira chamada pública do município de

Dom Pedrito, e em seguida foram elaborados os projetos de venda pela entidade articuladora, neste caso a EMATER (AMARAL, 2013).

Nesta primeira chamada pública envolveram-se no processo quatro (04) produtores, os quais ofereceram os seguintes produtos: alface, beterraba, couve e tempero verde. Já nas demais chamadas públicas efetuadas pelo município, obteve-se um aumento dos produtores e dos produtos. No ano de 2012, eram dez (10) os agricultores familiares, sendo o ano com maior número de produtores envolvidos com o processo (AMARAL, 2013).

Atualmente são seis (06) produtores, sendo quatro homens e duas mulheres, que comercializam junto ao PNAE os seguintes produtos: alface, abóbora, beterraba, couve manteiga, morango, batata doce, tomate, tempero verde, cebola e alho.

Esse contexto nos remete ao problema central da pesquisa qual seja: Qual é o perfil dos agricultores familiares, que comercializam seus produtos junto ao PNAE em Dom Pedrito?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

- Analisar o perfil dos agricultores familiares da cidade de Dom Pedrito envolvidos com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

1.1.2 Objetivos Específicos

- Verificar e analisar o histórico das famílias que atuam junto ao PNAE;
- Analisar a situação do agricultor dentro do PNAE, e como foram executadas as negociações para inicialização no Programa.
- Identificar quais são os produtos comercializados e quais poderiam estar sendo comercializados pelos produtores.
- Mensurar alguns entraves, dificuldades e potencialidades desses produtores dentro do programa PNAE.

1.2 Justificativa

O trabalho se justifica, pois existe uma necessidade em dar maior importância e incentivo à agricultura familiar, principalmente em municípios de base agrícola e monocultura, como Dom Pedrito.

Com tais informações poderá ser mensurada uma melhor visualização das ações e problemáticas existentes em relação às estratégias e dificuldades enfrentadas tanto pelos agricultores familiares, bem como dos demais membros que atuam no entorno do programa.

Além disso, o trabalho apresentará informações que poderão culminar em avanços tanto no processo produtivo, como comercial dos pequenos e médios produtores rurais que estão a mercê de oportunidades para manterem-se em suas propriedades rurais.

Outra justificativa pertinente vem ao encontro do envolvimento das escolas junto ao Programa, ou seja, se obtiver um aumento da oferta de produtos para as escolas por parte dos produtores, os alunos estarão tendo uma alimentação mais adequada e mais condizente com as qualidades alimentares e nutricionais requeridas. Com isso esses alunos, poderão ser incentivados a um processo de reeducação alimentar.

Com este trabalho, busca-se um melhor entendimento referente a quem são os agricultores familiares, que entregam seus produtos para o PNAE no município de Dom Pedrito: qual o histórico das famílias, quais são os produtos que são comercializados pelos agricultores, quem trabalha em sua propriedade, entre outras questões relevantes para esse tema. Tais informações possibilitarão com que Dom Pedrito possa avançar no processo de desenvolvimento da agricultura familiar e conseqüentemente participar de mais programas do governo. Além disso, logo os agricultores poderão fornecer mais variedade e maior quantidade de produtos.

1.3 Metodologia

1.3.1 Técnicas de Investigação e Coleta de Dados

Segundo Lakatos e Marconi (2011) os métodos de pesquisa em geral englobam dois momentos distintos: a pesquisa ou coleta de dados e a análise e

interpretação desses. Os quais foram seguidos rigorosamente para o desenvolvimento do trabalho.

Cabe ressaltar ainda que a presente pesquisa foi desenvolvida tendo um caráter exploratório, quantitativo e qualitativo, tendo como foco os agricultores familiares que participam do PNAE em Dom Pedrito. A mesma foi realizada em dois momentos: inicialmente realizou-se uma ampla revisão bibliográfica; e em um segundo momento realizou-se a pesquisa. Esse segundo momento foi realizado com os agricultores familiares que atuam junto ao PNAE no município e juntamente a Secretaria Municipal da Educação, mais especificadamente no setor de merenda escolar. Além desses informantes também foram coletadas informações junto ao Escritório Municipal da EMATER.

No trabalho de campo foi realizada uma verificação dos seguintes aspectos: identificação dos produtores; localização das propriedades; tamanho (área); produtos produzidos; quantidade; número de pessoas da família que trabalham para a produção desses alimentos; e dificuldades que os agricultores e os agentes públicos enfrentam durante o desenvolvimento de suas atividades, etc. Esses fatores nos remetem a uma pesquisa que é um estudo de casos múltiplos.

Conforme descrição de Pinto e Guazzelli (2008) quando se referem ao método de análise dos dados primários, sendo este estudo de casos múltiplos quanti-qualitativo e exploratório. Pode-se, logo, comparar essa descrição com o que foi realizado nesta pesquisa, sendo que, as entrevistas realizadas foram gravadas, mediante a autorização dos entrevistados, e posteriormente transcritas e analisadas pela autora do trabalho.

Foi aplicado um questionário com questões semiestruturadas, contendo 30 questões, que demandou um tempo aproximado de uma hora com cada entrevistado. Durante esse tempo foi possível entender e compreender as questões pertinentes e relevantes sobre o tema. Também foram identificadas questões fora do roteiro da entrevista, no ante e no pós-aplicação do questionário, momento esse de conhecimento e entendimento do campo em análise.

Ao final foram destacadas questões centrais sobre o tema, as quais estão sistematizadas tendo como objetivos aprofundar os assuntos e as questões relacionadas com o mesmo.

1.3.2 Unidade de Observação para o Estudo de Casos Múltiplos

Ao total foram realizadas oito (08) entrevistas com os agricultores, que atuam junto ao PNAE no município de Dom Pedrito no ano de 2014. Além dessas realizaram-se entrevistas com alguns informantes chaves, ligados a secretaria da educação mais estritamente ao setor de merenda escolar, nutricionista responsável entre outros, considerados relevantes para o desenvolvimento e o encaminhamento do presente trabalho, a partir de suas informações históricas.

1.3.3 Local de Coleta dos Dados

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico, analisaram-se diversos artigos, livros, TCCs, Dissertações e Teses que abordam questões pertinentes ao tema. Foram coletados dados/informações junto às entidades executoras do PNAE do município de Dom Pedrito. Além dessas, buscou-se informações com as entidades parceiras, que atuam no processo do Programa PNAE no município.

Efetuada esse levantamento inicial, realizou-se um trabalho de campo junto às propriedades rurais, dos agricultores familiares que produzem e comercializam produtos junto ao PNAE no município, sendo um total de oito (08) agricultores entrevistados.

Além desses informantes, buscaram-se alguns dos envolvidos que dispõem de informações relevantes e pertinentes ao tema.

1.4 Estrutura do Trabalho

No primeiro capítulo serão abordados temas como, uma breve introdução sobre o PNAE, os objetivos geral e específicos, metodologia e a justificativa para a realização do trabalho.

No segundo Capítulo apresenta-se o referencial teórico. Onde são contempladas questões referentes às Políticas Públicas Agrícolas, Segurança Alimentar e Nutricional, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Histórico do Programa Nacional da Alimentação Escolar, Funcionamento do

Programa Nacional da Alimentação Escolar, O PNAE em Dom Pedrito, Histórico do PNAE em Dom Pedrito, Funcionamento do PNAE em Dom Pedrito deste programa em âmbito geral e no município de Dom Pedrito. No terceiro capítulo estão explanados os resultados e discussões sobre os resultados obtidos nas pesquisas de campo.

Por fim no quarto capítulo, destacam-se as considerações finais do trabalho, as quais abarcam as questões centrais referentes ao tema abordado e estudado no presente trabalho e conclusões sobre o tema pesquisado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas Públicas Agrícolas

Quando nos referimos ao termo políticas públicas é necessário entender melhor seu funcionamento para confirmarmos sua importância no desenvolvimento do país.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006 p.26).

Conforme Souza (2006), podemos ter uma noção ampla sobre políticas públicas, que neste trabalho estaremos direcionando para o PNAE.

Segundo Souza (2006) quando nos referimos ao quadro de políticas públicas, quando estas são desenhadas, descritas aplicadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas para auxílio aqui em nosso país aos que dele necessitam. Estas políticas públicas quando postas em ação, são implementadas, ficando assim submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Quando bem aplicadas percebe-se que trazem benefícios para seus usuários, neste caso os estudantes que necessitam de alimentação na escola, sendo muito válido e importante para o desenvolvimento desses escolares, o presente trabalho traz como foco principal, em se referindo a política pública o programa nacional de alimentação escolar, conhecido como PNAE.

2.2 Segurança Alimentar e Nutricional

Segundo Malluf (2007) apud Triches e Schneider (2012), nos últimos anos o Estado tem estabelecido políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ajustadas em modelos com estruturas sustentáveis, no qual a produção seja mais próximo possível da realidade de pequenos agricultores familiares e o consumo de

alimentos, contribuindo para o ajuste necessário da cadeia alimentar e uma relação mais estreita entre campo e cidade. O termo segurança alimentar é bastante abrangente, ou seja, engloba diversas questões as quais são muito importantes como; o acesso ao alimento de qualidade e saudável, sendo que esses temas envolvem práticas saudáveis de produção, de cidadania e de direitos humanos (KEPPLE e CORRÊA, 2011).

Quando nos deparamos com esses conceitos verificamos a importância do termo, “Segurança Alimentar”, tanto para as pessoas que recebem os alimentos, ou seja, os consumidores estudantes, quanto para as pessoas que fornecem os alimentos os quais também reforçam esta relação, ou seja, os produtores rurais, que no presente trabalho sendo o foco do estudo, particularmente os agricultores familiares.

No presente trabalho, o termo segurança alimentar vem ao encontro à qualidade da merenda escolar que está sendo oferecida para os alunos nas escolas que recebem produtos da agricultura familiar via PNAE. A alimentação adequada e de qualidade faz com que ocorra um bom desenvolvimento e desempenho estudantil, em especial nas escolas de comunidades carentes, onde na maior parte dos casos, as famílias carecem de condições financeiras para seu desenvolvimento (TRICHES, 2012).

Junto às escolas não basta com que os alunos sejam somente alimentados com qualquer tipo de merenda, ou seja, faz-se necessário oferecer aos alunos um alimento de qualidade em quantidade correta, para que assim eles possam estar bem nutridos para obter um bom acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas escolas. Neste sentido, visando proporcionar tal fato, o PNAE busca nos produtos oferecidos pelos agricultores familiares tal qualidade. Visto que os produtos além de ser e fazer parte do cotidiano da região, onde são produzidos, não são colocados às interferências dos deslocamentos logísticos de uma cidade para outra.

Por fim, cabe ressaltar que garantir a segurança alimentar e nutricional das crianças e dos jovens que frequentam as escolas, é investir no futuro da humanidade, pois esses jovens fazem parte do presente, mas serão o futuro da humanidade. Isso faz com que além das escolas estarem envolvidas e preocupadas com o bom desempenho das atividades escolares, desenvolvimento humano e social englobando assim como resultado uma boa alimentação e de qualidade para os estudantes (TRICHES, 2012).

2.3 O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE em seu conceito mais abrangente como sendo:

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mais conhecido como merenda escolar, é gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios destinados a suprir, parcialmente, as necessidades nutricionais dos alunos. É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo e é o único com atendimento universalizado. (FNDE,2012, p.1)

Quanto a esta definição conforme FNDE (2012) mostra realmente para onde está direcionado este Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o qual foi primeiramente implantado na década de 50, sendo que para chegar aos dias atuais sofreu diversas transformações, seguindo seus objetivos básicos que são garantir, por meio da transferência de recursos financeiros federais, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas e filantrópicas.

Segundo FNDE (2012) o programa PNAE é considerado um dos maiores programas na área de alimentação a nível mundial, indicando assim sua grande importância para os estudantes e todo o contexto envolvido, além de possuir seu atendimento universalizado.

2.3.1 Histórico do Programa Nacional da Alimentação Escolar

O Programa Nacional de Alimentação Escolar é reconhecido como o maior programa de alimentação do mundo. Sendo o mais antigo programa social do Governo Federal Brasileiro (ORUÉ e BRECAILO, 2011).

Como já descrito acima, o PNAE começa em sua primeira instância com a criação como Campanha da Merenda Escolar (CME) que atendia apenas escolas do nordeste, por necessidades de igualdade esse programa obteve nacionalização devido à Constituição Federal de 1988, passando a ser o PNAE propriamente dito.

No ano de 1994 houve uma grande e significativa mudança no PNAE através de uma descentralização deste programa segundo Triches (2012) relata sendo que:

Em 1994, a descentralização dos recursos para execução do programa foi instituída por meio da Lei n.º 8.913, de 12/07/1994, mediante celebração de convênios com os municípios e com o envolvimento das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, às quais se delegou competência para atendimento aos alunos de suas redes e das redes municipais das prefeituras que não haviam aderido à descentralização (FNDE, 2007). Aos municípios cabiam as responsabilidades de elaborar os cardápios, adquirir os alimentos, realizar o seu controle de qualidade, articulados com a Vigilância Sanitária e inspeção agrícola, criar o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) - com o principal objetivo de fiscalizar a utilização correta dos recursos - e, prestar contas ao órgão de financiamento vinculado ao Ministério da Educação (FAE, atual FNDE). A consolidação da descentralização ocorreu a partir de 1998, quando a transferência de recursos passou a ser feita automaticamente, sem a necessidade de celebração de convênios ou quaisquer outros instrumentos similares, permitindo maior agilidade ao processo. (TRICHES, 2012, p.81)

Conforme demonstrado por Triches (2012), no ano de 1994 o PNAE sofreu uma descentralização (antes era o governo federal que mandava a merenda para os municípios), em torno do processo de aquisição da merenda. Atualmente os Estados e Municípios são responsáveis pela aquisição da merenda escolar e pela administração dos recursos enviados pelo governo federal para aquisição da mesma. Além disso, são essas esferas as responsáveis pela qualidade nutricional das refeições.

No ano de 1997 o referido Programa passou a ser gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE), que é vinculado ao Ministério da Educação – MEC (VOOS, 2009). Já no ano de 1998 consolidou-se a transferência automática dos recursos, não havendo mais necessidade de convênios, permitindo mais rapidez nos processos.

Segundo Triches e Schneider (2010) está demonstrada a grande relevância das políticas públicas sendo que:

Com a implantação do Programa Fome Zero (em 2003) e a partir das discussões sobre as políticas de SAN, ocorreram ainda mais modificações no PNAE, que foi revisado, implicando em um primeiro momento no aumento de recursos federais alocados e do público atendido. Esta percepção do Estado fortalece-se por meio de iniciativas como a recém-publicada Medida Provisória n.º 455 de 21/01/2009, que passou a ter forma de lei em 16 de

junho do mesmo ano – Lei n.º11.947, regulamentada um mês após pela Resolução n.º 38. Essa lei tornou-se um marco nas políticas públicas relativas à SAN, primeiro porque ampara explicitamente a agricultura familiar, tornando obrigatória a utilização de, no mínimo, 30% do valor remetido às entidades executoras pelo FNDE na aquisição de gêneros alimentícios desses fornecedores; depois porque é uma inovação no que diz respeito à legislação das aquisições públicas brasileiras. Se até então todas as compras estavam sob a obrigatoriedade de seguir os preceitos legais de isonomia e concorrência, abre-se um precedente histórico para o fornecedor caracterizado como “agricultor familiar”: dispensa-se o processo licitatório, como disposto no seu artigo 14. (TRICHES e SCHNEIDER, 2010, p.937,938).

Conforme Triches e Schneider (2010), com as alterações e os avanços no PNAE, em paralelo com outras políticas públicas do governo federal, o programa passa a ser vinculado aos agricultores familiares, em especial a partir da Lei n.º11.947, a qual obriga que no mínimo 30% da verba enviada pelo governo federal para os municípios, para a aquisição da merenda escolar sejam destinados para comprar produtos da agricultura familiar.

Complementando a ideia de Triches e Schneider (2010) e seguindo com esse ponto de vista, o PNAE passou a dispor-se como um grande potencial para ser utilizado como uma política pública de caráter estruturante ao abrir a possibilidade para aquisição dos gêneros alimentícios de produtores familiares locais, gerando renda e também possibilitando uma complementação desta, beneficiando pequenos agricultores. No entanto, no que se refere à concretização dessa política no nível local poucas ações e iniciativas tinham sido observadas até a obrigatoriedade legal.

Ainda segundo Triches e Schneider (2010) o processo de aquisição de gêneros alimentícios por parte dos Municípios e Estados, foi facilitado com a liberação da exigência da licitação, em se tratando das compras da agricultura familiar, sendo executada por chamada pública.

O PNAE hoje em dia tem sua conexão à cadeia alimentar confirmando a relevância como ligação em potencial para que:

Ao postular a (re)conexão da cadeia alimentar, os Programas Alimentares do governo passam a ser revistos como potenciais elos. Faz-se referência, especificamente, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar e suas potencialidades como ponto de convergência entre as necessidades e problemáticas de produtores e consumidores. Sua forma de gestão dentro das novas prerrogativas e visões políticas e econômicas do Estado retira-o de sua condição originalmente assistencialista, para um amadurecimento que fala de direito à alimentação, de política estruturante e de

desenvolvimento sustentável. Para tanto, os processos de aquisições públicas passam a ter papel estratégico. (TRICHES 2010, p.74).

Por fim, segundo Triches (2010) percebe-se a importância deste programa levando em consideração que o mesmo enquanto cadeia alimentar é visto como um elo em potencial. Outro ponto relevante é que o PNAE deixa de ser apenas como em sua origem assistencialista e passando a ser vista a alimentação como um direito, sendo esta política pública quando direcionadas as aquisições públicas passando a ter um papel fundamental e estratégico.

Dessa forma, com toda explanação do histórico deste programa, torna-se importante verificar, como, e em que circunstâncias estruturais similares e em quais condições aparentemente homogêneas, as respostas dos atores sociais de determinados locais se apresentam de formas diferenciadas. Todos esses fatores nos remetem ao tema referente ao perfil dos agricultores familiares que participam do PNAE na cidade de Dom Pedrito (TRICHES, 2010).

2.3.2 Funcionamento do Programa Nacional da Alimentação Escolar

O Programa Nacional da Alimentação escolar quanto ao seu funcionamento em esfera nacional e ampla está subdividido nas seguintes etapas que são: execução, parceiros e competências, aquisição dos alimentos e por último e não menos importante a fiscalização. Verificam-se quanto a essas etapas as determinadas condições.

Quanto ao andamento direcionado e generalizado do PNAE sua execução dá-se da seguinte forma:

Os recursos financeiros provêm do Tesouro Nacional e estão assegurados no Orçamento da União. O FNDE realiza transferência financeira às Entidades Executoras (EEx), sem necessidade de celebração de convênio, ajuste, acordo, contrato ou qualquer outro instrumento. As Entidades Executoras (estados, Distrito Federal e municípios) são responsáveis pela execução do Programa, inclusive pela utilização dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE, que são complementares. É de responsabilidade das EEx garantir a oferta da alimentação escolar aos alunos matriculados na educação básica da rede pública de seu sistema de ensino. As escolas filantrópicas, comunitárias e confessionais, sem fins lucrativos, que atendam

aos critérios estabelecidos na Resolução FNDE nº 26/2013 são consideradas como integrantes da rede pública de ensino. (FNDE, 2012, p.1).

De acordo com o FNDE (2012), quanto aos recursos financeiros repassados às entidades executoras, no mínimo, 30% (trinta por cento) deve ser utilizado na aquisição de gêneros alimentícios produzidos pelo agricultor familiar e pelo empreendedor familiar rural, marco este que, em 2009, a partir de sua obrigatoriedade, foi essencial para o incentivo da agricultura familiar. O controle social do Programa é exercido por meio do Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Sua constituição é condição para o recebimento dos recursos financeiros repassados pelo FNDE

Segundo o FNDE (2012), percebe-se pelas citações acima a descrição de todos os procedimentos que acontecem no PNAE, especificando todos os processos ocorridos e o destino dos recursos federais deste Programa até chegar aos municípios e conseqüentemente às escolas e entidades beneficiadas pelo referido PNAE.

Outro ponto de bastante relevância, para a inserção dos alimentos da agricultura familiar é a elaboração do cardápio escolar, o qual deve ser elaborado por nutricionista, respeitando os hábitos alimentares locais e culturais, atendendo as necessidades nutricionais específicas, conforme percentuais mínimos estabelecidos no artigo 14 da Resolução nº 26/2013 (FNDE, 2012).

Já em se tratando das parcerias e das competências, observam-se quanto às responsabilidades, órgãos fiscalizadores, entre outros, o seguinte:

O FNDE - É responsável pela assistência financeira em caráter complementar, normatização, coordenação, acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução do programa, além da avaliação da sua efetividade e eficácia. Entidades executoras (EE) - Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal, prefeituras municipais e escolas federais, que são responsáveis pelo recebimento, pela execução e pela prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pelo FNDE. Conselho de Alimentação Escolar (CAE) – órgão colegiado de caráter deliberativo e autônomo composto por representantes do Poder Executivo, das entidades civis organizadas, de trabalhadores da educação e de discentes e de pais de alunos, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos. Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União - São órgãos fiscalizadores. Secretarias de Saúde e de Agricultura dos estados, do Distrito Federal e dos municípios ou órgãos similares - Responsáveis pela inspeção sanitária dos alimentos. Ministério Público da União - Responsável

pela apuração de denúncias, em parceria com o FNDE. Conselhos Federal e Regional de Nutricionistas - Responsáveis pela fiscalização do exercício da profissão, reforçando a importância da atuação do profissional na área da alimentação escolar (FNDE, 2012, p.1).

Nota-se que todos esses atores são peças fundamentais para o bom funcionamento do PNAE, e no caso mais específico em Dom Pedrito, ressaltamos a grande relevância e influência que a EMATER, como entidade articuladora, representa para que esse processo aconteça nessa cidade, segundo informações preliminares.

Em relação à aquisição dos alimentos têm-se as regras específicas, são as seguintes:

Obedecer a obrigatoriedade da compra de, no mínimo, 30% da agricultura familiar, conforme artigo 14 da Lei 11.947/09. A Entidade Executora poderá dispensar o processo licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, respeitando os princípios inscritos no artigo 37 da Constituição Federal. Realizar pesquisa de preços. Realização e elaboração do edital da Chamada Pública, respeitando os princípios do art. 37 da Constituição Federal e fornecendo informações suficientes para que os fornecedores apresentem corretamente os projetos de venda: tipos de produtos, cronograma das entregas (periodicidade, início e fim do fornecimento, entre outros), locais das entregas e quantidades. Publicar os editais de Chamada Pública em jornal de circulação local e na forma de mural em local público de ampla circulação e divulgar em seu sítio na internet, caso haja. Se necessário, publique-se em jornal de circulação regional ou estadual ou nacional, em rádios locais e no sítio eletrônico da Rede Brasil Rural. Habilitação dos fornecedores (FNDE,2012,p.1).

Segundo o FNDE (2012) referente a essas informações quanto aos seus âmbitos gerais mostra como funciona a aquisição dos alimentos para o PNAE, aonde ingressa os atores da agricultura familiar , sendo assim é executada a chamada pública, que conforme a lei em seu artigo 37 da constituição, dispensando a licitação para esse caso específico, entre outras abordagens.

E como dito antes o último passo do amplo funcionamento do PNAE, e não menos importante a fiscalização assim como segue:

Cabe ao FNDE e ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) fiscalizar a execução do programa, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos de controle interno e externo, ou seja, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU) e do Ministério Público. Qualquer

pessoa física ou jurídica pode denunciar irregularidades a um desses órgãos, ficando assegurado o sigilo de seus dados. (FNDE,2012,p.1)

Direcionado a fiscalização percebe-se que cabe aos órgãos FNDE, CAE e aos próprios beneficiários ou a quem interessar sua fiscalização, quanto ao bom funcionamento e correta utilização dos recursos financeiros a este fim destinados.

2.4 O PNAE em Dom Pedrito

O município de Dom Pedrito, está localizado na Região Campanha do Rio Grande do Sul, tendo como número total de habitantes no município é de 38.898, segundo o IBGE (2010) e sua área, bastante extensa, é de 5.192,11 km². A cidade foi fundada em 30 de outubro de 1872 quando se emancipou do município de Bagé, a pedido dos moradores que naquela localidade encontravam-se.

Os rendimentos e as riquezas do município de Dom Pedrito estão concentrados na agricultura e na pecuária, tendo como as atividades mais importantes a criação de bovinos, ovinos e equinos, e as culturas de arroz e soja. Conforme dados do IBGE Dom Pedrito esta situado em um Bioma chamado Pampa, é o quarto município em extensão do Rio Grande do Sul, ocupando cerca de 1,93% do total do estado.

Segundo Kageyama e Hoffmann (2007) Apud Triches e Schneider (2010) referindo-se aos aspectos das regiões com grande extensão de terras, caso do município de Dom Pedrito, onde a produção agrícola voltada para a monocultura ocasiona um o lento desenvolvimento, com condições desiguais de vida, condicionado a falta de diversificação da agricultura familiar ligado a esses fatores percebe-se que:

Na região Sul, a exemplo do Rio Grande do Sul, onde a agricultura familiar é mais especializada na produção de grãos (soja, trigo, milho), bem como naquelas regiões em que predominam estabelecimentos agropecuários com maior área média e baseados na combinação de pecuária extensiva e monocultura, as condições de vida são igualmente menos favoráveis, tal como mostrou o trabalho de KAGEYAMA E HOFFMANN (2007) APUD TRICHES E SCHNEIDER (2010, p.936).

Conforme os autores, quanto a este aspecto cultural do município desde sua fundação por ser uma cidade com vasta extensão de terra estando ligada a grande produção e cultivo de um mesmo produto, o que nos remete a analisar os passos percorridos, por vezes lentos das culturas diversificadas e consequentemente da agricultura familiar em Dom Pedrito.

2.4.1 Histórico do PNAE em Dom Pedrito

Em Dom Pedrito a história do PNAE voltada para os agricultores familiares, começa com a Lei 11.947 de 16 de junho de 2009, a qual diz que torna-se obrigatório a utilização de no mínimo 30% do valor remetido às entidades executoras pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, sendo que esse montante seja aplicado na aquisição de gêneros alimentícios desses fornecedores da Agricultura Familiar para alimentação Escolar segundo informações do FNDE (2012).

Na cidade de Dom Pedrito mais precisamente no dia 9 de setembro de 2009 ocorreu uma primeira reunião das entidades (EMATER, SMEC e SMAPIC), para um melhor entendimento e conhecimento da lei 11.947 de 16 de junho de 2009. No dia 05 de janeiro de 2010 foi feita uma reunião na prefeitura municipal com a convocação dos agricultores interessados para melhores esclarecimentos. Logo após esses primeiros passos, foram executadas visita aos agricultores familiares interessados, para verificar a produção e produtos disponíveis (INFORMANTE 1).

Em março de 2010 foi orquestrada a inicialização da organização da Associação Pedritense dos Produtores de Hortifrutigranjeiros (APPH), e no dia 26 deste mesmo mês foi feita a leitura do estatuto da organização (AMARAL, 2013), a qual conforme os valores negociados com a agricultura familiar seriam de suma importância, porque conforme o montante do valor (R\$100.000,00) se o mesmo fosse ultrapassado, o recebimento se dá através da formalização da cooperativa. Infelizmente referente à APPH, esta associação não obteve avanços em suas atividades, pois ficou travada em alguns obstáculos (INFORMANTE 1).

No segundo semestre de 2010, ocorreu uma sucessão de reuniões dos parceiros juntamente com o Setor de Alimentação Escolar (SMEC) e logo em seguida a realização da primeira chamada Pública Municipal. Foram elaborados os

projetos de venda pela EMATER a qual faz um papel muito importante e necessário enquanto Entidade Articuladora (INFORMANTE 1).

Conforme o trâmite necessário para execução desta política pública PNAE é necessário efetuar a Chamada Pública, a qual foi realizada no segundo Semestre de 2010. No momento participaram 04 agricultores, com os seguintes produtos oferecidos: alface; beterraba; Couve; e tempero verde (INFORMANTE 1).

No período do primeiro semestre de 2011, o número de agricultores chegou a 05, com uma maior diversificação dos produtos: alface; beterraba; couve; tempero verde; abóbora; cebola; e repolho. Já no segundo semestre do ano de 2011 permaneceu crescente o números de produtores, com 06 agricultores e os produtos oferecidos passaram a ser os seguintes: alface; beterraba; couve; tempero verde; abóbora; batata-doce; cenoura; e morango (INFORMANTE 1).

No início de 2012, o número de agricultores envolvidos chegou a 07 e os produtos oferecidos foram os seguintes: alface; couve; beterraba; tempero verde; abóbora; batata-doce; morango; e Cebola. No segundo semestre de 2012 ocorreu o ápice do número de agricultores envolvidos no PNAE no município, ou seja, 10 produtores se envolveram com o programa e se mantiveram sendo oferecidos os mesmo produtos do início do ano (INFORMANTE 1).

No primeiro semestre de 2013 ocorreu uma redução no numero de produtores envolvidos no programa, e os produtos oferecidos foram os seguintes: alface; beterraba; couve; tempero verde; abóbora; batata-doce; cebola; morango; tomate; e alho, conforme pode ser visualizado na tabela 1 (AMARAL, 2013).

Tabela 1: Numero de agricultores e produtos oferecidos no PNAE em Dom Pedrito – RS.

Ano	Semestre	Nº de agricultores	Produtos adquiridos
2010	2	4	Alface, beterraba, tempero verde e couve
2011	1	5	Alface, beterraba, tempero verde, couve, abóbora, cebola, e repolho
2011	2	6	Alface, abóbora, batata-doce, couve, beterraba, cenoura, morango e tempero verde
2012	1	7	Alface, beterraba, tempero verde, couve, abóbora, cebola e morango
2012	2	10	Alface, abóbora, beterraba, morango, tempero verde, couve e batata-doce
2013	1	6	Alface, batata-doce, beterraba, abóbora, tempero verde, couve, cebola, tomate e alho.

Fonte: adaptado de Amaral (2013).

Como visto na tabela 1, percebe-se que atualmente é pequeno o número de produtores que estão no PNAE e que os produtos não são muito diversificados. Apesar das informações recolhidas, as quais esclarecem que é feita uma ampla divulgação para os pequenos produtores que ainda não participam do programa; mas verifica-se que na prática a procura não é tão intensa (INFORMANTE 1).

2.4.2 Funcionamento do PNAE em Dom Pedrito

Na cidade de Dom Pedrito quanto ao funcionamento do programa é da seguinte forma: segundo a resolução número 38 do FNDE, a qual regulamenta a lei 11.947 de 2009 quanto a aquisição de alimentos a qual poderá ser dispensada de licitação, sendo oportunizado a utilização de chamada pública.

Os atores principais para que esse processo ocorra são: a secretaria da educação de Dom Pedrito, a nutricionista responsável, a EMATER como entidade articuladora e os agricultores familiares.

Embora a cidade não ofereça, segundo os informantes preliminares, uma logística adequada, e um maior comprometimento dos órgãos públicos responsáveis pela revisão e bom funcionamento desta política pública, os agricultores fazem seu papel dentro do programa.

Existem no município de Dom Pedrito entidades e pessoas empenhadas de forma significativa, para que alavanque o crescimento desta política pública e conseqüentemente o desenvolvimento dos agricultores familiares nesta cidade, fato disso é o comprometimento e execução que a EMATER representa neste processo.

Em Dom Pedrito anualmente são realizadas reuniões para avaliação, juntamente com os produtores mais o pessoal responsável pela compra dos alimentos para uma possível previsão dos produtos a serem entregues durante aquele ano. Logo após são realizadas reuniões preparatórias juntamente com os atores fundamentais nessa etapa do processo, e em seguida a chamada pública.

Após todos esses processos e conseqüente resolução dos trâmites legais, segundo informantes, os próprios agricultores levam seus produtos organizados em planilhas, conforme listagem de suas quantidades e os entregam nas escolas designadas. Após todo esse trabalho os produtores recebem os valores referentes aos produtos comercializados conforme cronograma.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Perfil dos agricultores familiares que participam do Programa Nacional da Alimentação Escolar da cidade de Dom Pedrito

Os resultados desta pesquisa partiram da análise dos questionários aplicados aos agricultores familiares que atuam junto ao PNAE no município de Dom Pedrito no ano de 2014. Também foram utilizadas informações pontuais obtidas com informantes-chaves que atuam junto ao PNAE no município.

3.1.1 Identificação dos Agricultores

Uma das questões centrais em debate no país atualmente, nos temas tanto relacionados com o meio rural bem como no meio urbano, diz respeito ao gênero. Percebeu-se na pesquisa que ainda existe uma concentração na figura do homem como responsável pelas principais decisões. Ou seja, 75% dos agricultores familiares entrevistados no caso são homens, contra uma porcentagem de 25% de mulheres.

Já no que se refere à naturalidade dos entrevistados é uma das questões centrais e importantes ao analisarmos o tema no município. Visto que, existem na cidade, bem como na região, um forte apego sobre o assunto e percebe-se que 50% são pedritenses e 50% nascidos em outros municípios do Rio Grande do Sul. Todos, porém, com nacionalidade brasileira.

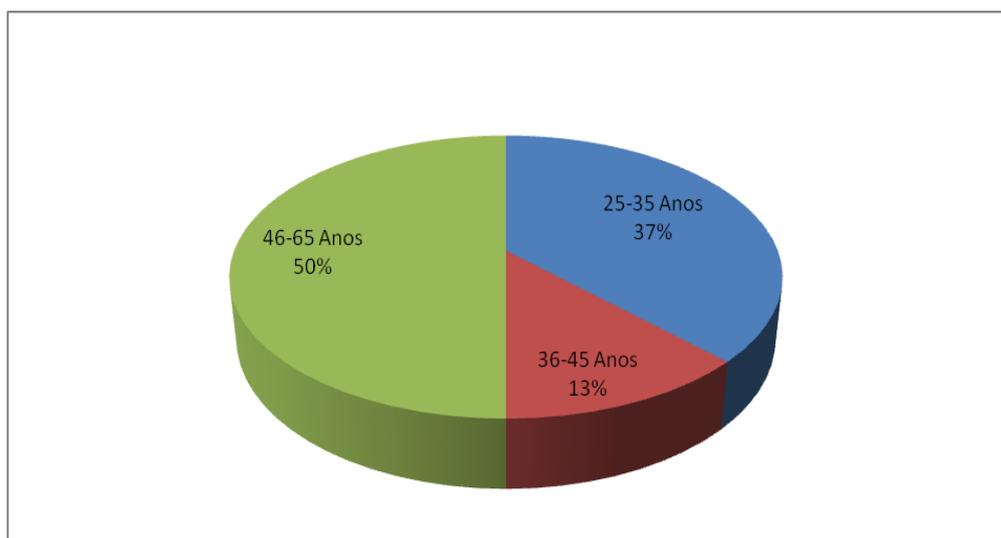
Dos agricultores envolvidos no Programa, observou-se que existe um forte relacionamento com o histórico familiar, ou seja, todos os entrevistados trazem consigo a familiarização do seu trabalho com a agricultura familiar, desde seus pais e até avós. Além disso, as atividades desenvolvidas na propriedade rural, no caso específico, ações relacionadas à produção hortifrutigranjeira tem uma forte conexão com seu histórico familiar.

Levando-se em consideração quanto ao período de experiência dos produtores familiares (relacionado à ligação desses agricultores familiares com o campo) percebe-se que a maior parte deles possui muitos anos de experiência, em especial pelo envolvimento familiar dos agricultores e seus familiares antecessores, no caso pais e avós. Este fato se torna muito relevante, uma vez que pode auxiliar

na condução de políticas públicas. Logo que, se os agricultores já possuem a parte prática, resta garantir uma qualificação administrativa e financeira da atividade (MORAES e LIMA, 2003).

Um dos pontos relevantes encontrados no presente trabalho diz respeito à idade dos trabalhadores rurais envolvidos com PNAE no município. Percebe-se que a metade dos entrevistados encontra-se com idade entre 30 a 45 anos, e os demais encontram na faixa etária superior a 46 anos, conforme pode ser visualizado no gráfico 1. Constituindo assim um grupo de idade avançada e em direção a um envelhecimento, o que vem ao encontro a uma série de estudos que apresentam e pontuam a ocorrência de um envelhecimento populacional no meio rural brasileiro.

Gráfico 1 Faixa etária dos entrevistados participantes do PNAE



Fonte: Autora (2014)

3.2 Identificação da situação familiar do agricultor (a)

Conforme Guanziroli e Cardim (2000), os agricultores familiares concentram seu trabalho entre os membros da família do próprio agricultor. Do total de Unidades de Trabalho utilizadas na agricultura familiar, o estabelecimento poderá contar de forma eventual com mão de obra contratada, sendo que a maior parte do trabalho deve ser desenvolvida por membros da própria família.

Em se tratando da contratação da mão de obra, apenas dois (02) dos agricultores familiares afirmaram contratar em situações esporádicas, algumas pessoas, para auxiliá-los no trabalho.

Destaca-se que na metade das propriedades os entrevistados moram e trabalham sozinhos, apenas o agricultor. Sendo que, na outra metade moram e trabalham apenas o casal. É perceptível que o árduo trabalho necessário para a produção na agricultura familiar, digamos “espanta” os familiares, os quais relatam ser muito duro o trabalho “braçal” e estes seguem nesta rotina por realmente gostarem das suas atividades. Conforme destaca um dos informantes, que para trabalhar com essa atividade o agricultor “tem que gostar para trabalhar com horta” (2014). Ou seja, nota-se que a atividade não é uma alternativa para todos os agricultores, visto que, podem existir outras atividades mais viáveis para alguns, que para outros.

3.2.1 Identificação da Propriedade

Levando-se em consideração a diversificação das atividades produtivas, encontrada nas pesquisas realizadas, pode-se relacionar segundo Romeiro (2002), como sendo a diversidade, muito importante em um sentido de maior rendimento. Logo que, a propriedade não cresce, em termos de área, sendo essa diversidade uma busca fundamental para o pequeno agricultor familiar, o que pode assegurar a sobrevivência e a permanência da família no campo por gerações seguidas. Desse modo, partindo do pressuposto de que toda e qualquer propriedade rural não tem aproveitamento 100% de sua área, em função de matas naturais, brejos e terreno acidentado, entre outros, o gestor pode vislumbrar o aproveitamento possível desse remanescente para o desenvolvimento de atividades que venham minimizar o custo de produção de sua principal atividade. Utilizando, além da diversificação de culturas apenas para sua subsistência, fazendo assim a comercialização do excedente, gerando outras fontes de receita.

Em Dom Pedrito, é visível o uso da diversificação pelos agricultores familiares entrevistados nesta pesquisa, demonstrando as potencialidades que em algumas propriedades pesquisadas apresentam, mesmo com a restrição de suas áreas bastante pequenas. Ou seja, seis (06) propriedades são bem pequenas dispendo de até 5ha, e apenas duas dispõe de mais de 10ha.

Outro ponto relevante dos questionamentos é em relação ao estabelecimento, demonstrando que de todos os agricultores entrevistados apenas uma propriedade é arrendada, o restante todos são proprietários.

3.2.2 Diversificação Produtiva nas Propriedades

Em se referindo as atividades desenvolvidas na propriedade, além da produção destinada ao PNAE, os agricultores diversificam a sua produção, ou seja, produzem: suinocultura, criação de galinhas, ovinocultura, produção de leite (embora não seja o total dos agricultores, mas grande parte dos entrevistados desenvolve outras atividades).

Outro ponto relevante refere-se ao que eles gostariam de produzir, e não produzem. Os agricultores destacam que gostariam de estar produzindo, mas não produzem os seguintes itens: cenoura, aipim, batata inglesa, agroindustrializar a produção leiteira (os que não trabalham com Leite).

Para reafirmação quanto à diversidade de produtos conforme Silva e Souza (2013), em se tratando dos agricultores familiares, esses são essenciais para a produção de alimentos locais, são considerados ativamente importantes para a sustentabilidade, considerando o atendimento de dimensões sociais (ocupação e renda de agricultores), ecológicas (diversidade e oferta de alimentos de qualidade), econômicas (menor custo com transporte) e culturais (confiabilidade do produto, preservação do hábito regional e da produção artesanal), promovendo uma conexão entre o rural e o urbano.

3.2.3 Produtos produzidos e comercializados no PNAE nas propriedades familiares

Os produtos mais comercializados junto ao PNAE, por parte dos agricultores, são os seguintes: abóbora; alface; batata doce; beterraba; couve; moranguinho; tempero; verde; tomate, conforme pode ser visualizado na tabela 2. Também foi possível observar uma série de produtos que são produzidos, porém não são comercializam junto ao Programa, tais como: Rúcula, Mostarda, Couve-Flor,

Espinafre, Leite, Cebola, Laranja, Bergamota, Figo, Repolho, Rabanete, Ervilha, Melão, Moganga, Queijo e Mel.

Tabela 2: Produtos comercializados atualmente junto ao PNAE, pelos agricultores familiares.

Produto	Produção	Periodicidade
Abóbora*	80 kg	Semanal
Alface	280 Pés	Semanal
Batata Doce*	300 Kg	Mensal
Beterraba	160 Kg	Semanal
Couve	270 Maços	Semanal
Moranguinho*	440 kg	Mensal
Tempero Verde	220 Maços	Semanal
Tomate*	30Kg	Semanal

*Produtos produzidos e comercializados em época de safra.

Fonte: Autora (2014)

Conforme verificação, dos produtos comercializados e ao analisarmos os produtos não comercializados no PNAE, constata-se o potencial dos agricultores familiares de Dom Pedrito, segundo os agricultores entrevistados, podemos dimensionar aonde estes comercializam seus excedentes, e os outros produtos que não vão para o PNAE, em locais como, armazéns, feiras próprias, no caso do leite para empresas de fora da cidade, entre outros locais e situações.

Para a inserção de novos produtos, faz-se necessário uma melhor organização dos agricultores familiares, incluindo novos agricultores, ou até mesmo os próprios participantes aumentarem a sua produção, visto que, por parte dos demais agentes envolvidos no programa, tem uma receptividade a esses, em especial, no que tange as ações dos extensionistas e nutricionistas envolvidos com o mesmo. As nutricionistas responsáveis adaptam-se e elaboram os cardápios da merenda escolar, fazendo a utilização dos produtos em suas épocas determinadas, ponto esse muito interessante ao incentivo para a agricultura familiar, o que vem ao encontro com a produção dos produtos citados na tabela 2.

Ação que corrobora com o que Souza e Silva (2013) nos apresentavam, ou seja, para tentarmos alcançar a formação dos bons hábitos alimentares e saudáveis, está aliada com a elaboração dos cardápios da alimentação escolar os quais devem englobar itens como: sazonalidade dos produtos, lista de substituição dos alimentos, articulação com agricultores familiares locais, inclusão de alimentos regionais e da cultura local.

Aferiu-se também que muitos entraves existem em relação aos produtos produzidos e comercializados, bem como os produtos produzidos e não comercializados junto ao PNAE. Em especial os não comercializados, vários são os fatores que conspiram contra, tais como: o clima; as questões burocráticas, que envolvem o programa, em especial os editais e as chamadas públicas; continuidade produtiva, neste item destaca a periodicidade; receio de não conseguir atender os compromissos, em especial por parte dos próprios produtores que em certos momentos ficam receosos a alçarem voos ao entorno de suas ações; entre outros fatores que poderiam ser considerados relevantes.

Por fim, cabe ressaltar que se observou um potencial obscuro e ainda não explorado em torno do tema, ou seja, diversos são os produtos que poderiam estar sendo produzidos e comercializados junto ao PNAE, que ainda carecem de apoio e de uma maior atenção por parte dos envolvidos. Dentre esses, os agricultores destacaram os seguintes: Rúcula, Mostarda, Couve-Flor, Espinafre, Leite, Cebola, Laranja, Bergamota, Figo, Repolho, Rabanete, Ervilha, Melão, Moganga, Queijo e Mel.

3.2.4 Formas e Locais de Entrega dos Produtos comercializados no PNAE

Segundo Silva D. et al., (2013) a logística tem se mostrado um dos maiores gargalos para esta categoria, já que nem toda prefeitura se dispõe ou tem condições de fornecer o frete ou disponibilizar um caminhão ou outro meio de transporte, para auxílio a esses agricultores familiares.

Ainda conforme Silva D. et al., (2013) os municípios não dispõem de um local para armazenamento destes produtos, realidade esta encontrada em Dom Pedrito. De acordo com o que foi constatado nas entrevistas com os agricultores, os quais descreveram suas formas de entregar os produtos comercializados no PNAE, que

ocorre conforme cronograma e dias específicos da semana. Em se tratando das escolas urbanas, os produtores vão de escola em escola com uma listagem pré-determinada e entregam seus produtos. Embora exista apenas um local, aonde os agricultores familiares deixam seus produtos, destinados às escolas rurais, que é o próprio setor de merenda escolar, logo após o produtor deixar seus produtos, os mesmos são levados para o interior do município pelo transporte que leva as crianças para as escolas.

Esta logística da entrega para as escolas urbanas do município, é bastante onerosa e desgastante para o agricultor. Visto que, muitos realizam estas entregas com seus veículos, mas ainda existem aqueles que entregam de carroça puxada por cavalos, realidades distintas, mas presentes em nossa cidade.

Os agricultores foram unânimes em relatar que para uma logística mais adequada dos produtos o melhor seria um ponto fixo de entrega tanto das escolas urbanas como rurais, este fato está descrito como um ponto a ser melhorado no programa.

3.3 Identificação do agricultor quanto a renda

Segundo Guanzioli e Cardim (2000) a renda total obtida nos estabelecimentos familiares demonstra o potencial econômico e produtivo dos agricultores familiares, que apesar de todas as limitações, não produzem apenas para subsistência, obtendo renda através da produção agropecuária e da diversidade dos produtos de seus estabelecimentos.

Condizente com as pesquisas realizadas realmente é verificada essa situação descrita por Guanzioli e Cardim (2000), quando foram executados questionamentos sobre a renda dos agricultores familiares, quase todos os entrevistados vivem somente da renda da propriedade familiar, e mesmo os que recebem aposentadoria, dizem ser a agricultura familiar a forma de renda mais significativa.

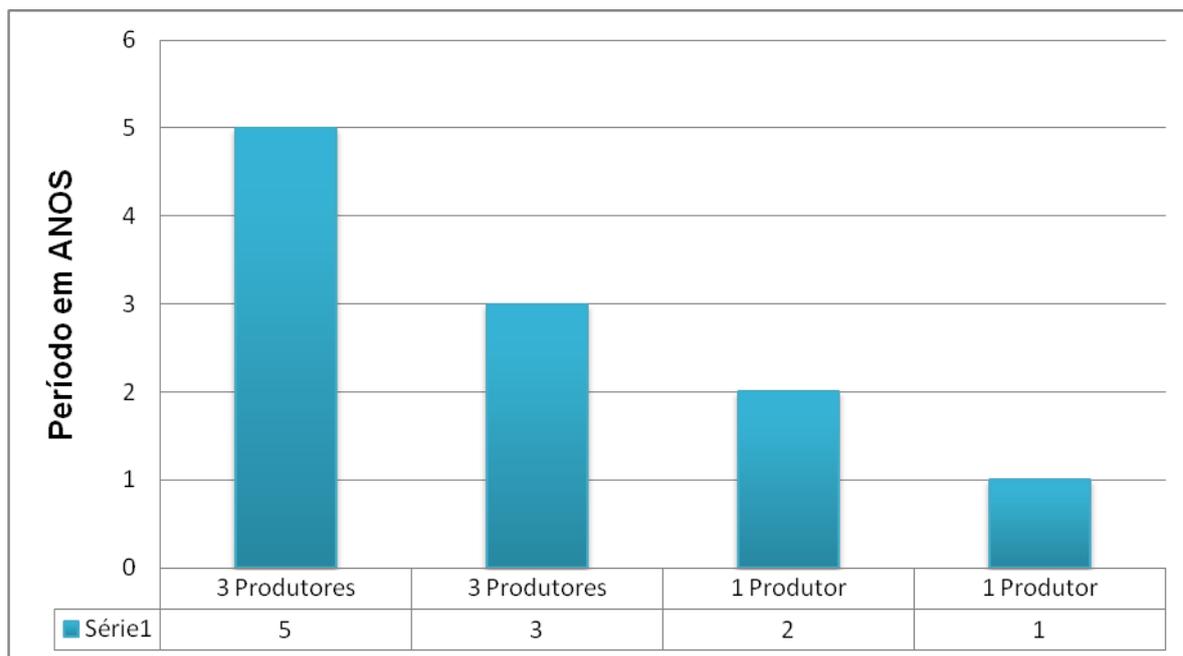
A grande maioria dos entrevistados disseram que sua renda é bem maior do que se eles trabalhassem fora da agricultura familiar, demonstram-se contentes com sua participação e os andares do PNAE, e principalmente com a organização da EMATER em relação a toda estruturação do programa para que eles possam estar participando. Mas, porém, não deixam de ser queixosos, quanto aos incentivos dos

governantes, atrasos nas chamadas públicas, e quanto aos responsáveis por esta e outras políticas públicas, alegam pouco ou até nenhum incentivo, motivo talvez esse que se percebe o pequeno número dos agricultores participantes do programa no município de Dom Pedrito.

3.4 Período de participação no programa

Dentre os produtores que atuam junto ao PNAE, observou-se que três produtores atuam a mais de cinco anos no Programa, conforme podemos visualizar no gráfico 7. Nota-se que a maior parte dos produtores esta participando a mais tempo do PNAE, mas demonstra a pouca adesão por parte dos outros agricultores familiares do município.

Gráfico 2-Relação Período de participação no programa e quantidade de agricultores



Fonte: Autora (2014)

Quando estes produtores foram questionados referente aos motivos dos outros agricultores não fazerem parte do programa, os mesmos responderam que: “acham que os outros, tem medo de assumir um compromisso e estão desinformados sobre o programa”.

3.5 Contatos para inicialização no programa e negociações

Através das informações coletadas com os agricultores familiares, relatou-se como foram realizados os contatos para participação no PNAE. Primeiramente, foi executada a comunicação com os produtores, através da EMATER, sendo a entidade articuladora, executando seu papel com muita qualidade, com o intuito de divulgar, demonstrar e esclarecer as principais dúvidas sobre o PNAE, e conseqüentemente fortalecer a articulação dos atores locais envolvidos no Programa. Diversas reuniões foram realizadas, os agricultores relataram que na ocasião para inicialização do programa os mesmos tiveram que formar a associação para o princípio do processo. Também disseram que houve um importante contato com a nutricionista, responsável pelo setor de merenda municipal, ao passo foram concretizando-se as ideias e executou-se a arrancada para o desenrolar deste programa no município.

3.6 Significado do PNAE para as famílias

Conforme os dados encontrados nesta pesquisa, quando os agricultores familiares foram questionados referente ao significado do PNAE, os pontos positivos apontados pelos entrevistados foram: o pagamento certo, (“embora tenha existido alguns percalços nessa caminhada desde o começo dessa exigência da compra da agricultura familiar, no começo funcionou muito bem mas no ano de 2013 existiram alguns atrasos nos recebimentos”), incentivo a diversificação da cultura agrícola, é certeza do que foi produzido será vendido e recebido. E quando a referência é o valor dos produtos que são comercializados, segundo os agricultores familiares, este é compatível com o preço praticado no mercado, e por algumas vezes até melhor que este.

Segundo os informantes estes se encontram bastante satisfeitos com o programa, demonstrando que o PNAE é uma complementação para sua renda, é também uma comercialização garantida. Além disso, é a certeza de recebimento ao final, mesmo que existam muitas coisas para serem melhoradas, mas os agricultores familiares demonstram-se contentes em participar desta política pública aqui no município de Dom Pedrito.

3.7 Sugestões de melhorias e aspectos a serem modificados no PNAE segundo os agricultores familiares

Em uma visão geral de todas as entrevistas e conversas realizadas com os agricultores familiares do município de Dom Pedrito, percebe-se que existem muitos aspectos relevantes a serem melhorados, tais como: logística (a qual os entrevistados dizem ser bastante onerosa); melhoria nas estradas (as quais às vezes intransitáveis, mesmo que nem todos os agricultores entrevistados estejam longe do município, mas grande parte destes estão bem afastados da cidade, e consequentemente necessitando das estradas para sua locomoção e entrega dos produtos); e o ponto de entrega (outro fator muito importante seria um ponto fixo de recebimento desses produtos dos agricultores familiares).

Outro ponto conforme ficou constatado, é o atraso no início da chamada pública. Mesmo que o setor de merenda, que é responsável pelo início das negociações, repasse toda a documentação para a prefeitura, mas esta em meio aos trâmites legais se desvia e ocorre um atraso para a inicialização da chamada pública. Essa parte pontual é bastante preocupante, porque o tempo de comercialização já é reduzido há oito meses por ano, assim maior é essa redução do tempo de entrega dos produtos ao PNAE devido à demora destes fatores legais.

Assim, levando-se em consideração todos os pontos relevantes percebe-se a necessidade de maior incentivo da gestão municipal à agricultura familiar (CAMPOS, 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos na pesquisa realizada com os agricultores familiares da cidade de Dom Pedrito, pode-se considerar que o PNAE existe e executa seu papel como política pública para os agricultores participantes do programa, porém ainda é baixo o número desses agricultores participantes desta política pública. De acordo com os informantes chaves são diversos os fatores que favorecem para essa pequena procura, tais como: falta de informação dos agricultores sobre o PNAE; medo de assumir o compromisso; e a falta de mão de obra no meio rural.

Um dos pontos destacados que deveriam ser melhorados é a parte burocrática, em especial no que se refere à chamada pública para participação dos agricultores no programa e ao pagamento dos agricultores, ou seja, geralmente ambos ocorrem com atraso. Embora com esses problemas a serem solucionados conforme as pesquisas percebe-se que o PNAE representa para esses produtores uma complementação da renda familiar e a comercialização de parte dos seus produtos garantida, pois os mesmos demonstram-se satisfeitos em participar desta política pública.

Existe um grande esforço, em especial da entidade articuladora e da nutricionista responsável pela compra da merenda, em negociar com esses agricultores familiares. Porém mesmo assim não é atingido o mínimo de 30% referidos na lei, apenas com os agricultores familiares aqui do município, é necessária uma complementação com compras de uma cooperativa de outra cidade, para que a lei seja cumprida. No geral observa-se por parte de alguns dos envolvidos um alto grau de comprometimento com o processo.

Pode-se constatar que o PNAE existe no município de Dom Pedrito e pode-se verificar com essa pesquisa que o programa proporciona benefícios para os envolvidos, sendo este considerado bom e atraente para os agricultores familiares participantes desta política pública. Os agricultores visualizam o aumento de sua renda e de suas possibilidades, mesmo que o programa não consiga alcançar um número maior de agricultores familiares, para os que estão atuando dentro deste programa o resultado é bastante satisfatório.

Mas, porém, é perceptível que para um grande avanço no PNAE, maior abrangência dos agricultores familiares e diversificação dos produtos

comercializados junto ao programa no município, é necessário um maior interesse da gestão pública municipal em estimular a maior participação dos agricultores neste programa. Para colaborar com essa ação, é importante a formulação de programas e projetos a nível municipal, voltados à agricultura familiar, principalmente na questão de complementação da renda e incentivo a introdução em outras políticas públicas, o que é muito significativo e proporcionará um fortalecimento para esses agricultores familiares.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, E. A. M. Desenvolvimento do PNAE em Dom Pedrito/RS". Palestra ministrada durante o II Seminário Bioma Pampa Sustentável, realizada em Dom Pedrito/RS, dia 10/maio/2013, pela UNIPAMPA Campus Dom Pedrito e parceiros. Material Disponível em:<http://www.flickr.com/photos/9730046@N07/sets/72157633466357111>. Acessado em 13/01/2014.

APOIO FOME ZERO - Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar - **Manual de Gestão Eficiente da Merenda Escolar** - 3º Edição São Paulo, Julho de 2007.

BOLTER, J. A. G., **Uma Análise do Programa Nacional de Habitação Rural** Interfaces e Cogestão nas Políticas para Agricultura Familiar. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 171 f. Porto Alegre, RS, 2013.

BRASIL, **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**, Funcionamento/Execução. FNDE, 2012. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-funcionamento/execucao-alimentacao>. Acessado em 14/02/2014.

BRASIL, **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. FNDE, 2012. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acessado em 07/02/ 2014.

BRASIL, **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. FNDE, 2012. Alimentação escolar: Apresentação Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>. Acessado em 13/01/2014.

BRASIL, FNDE, CARTILHA, **Passos para Executar o Programa Nacional de Alimentação Escolar**, 2013. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-material-de-divulgacao/alimentacao-manuais/item/5129-passos-para-executar-o-pnae>. Acessado em 14/02/2014.

BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino. **Merenda Escolar: você sabia?** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/vcsabia/vcsabia0002.html>. Acessado em 13/01/2014.

CAMPOS R. A., Agricultura familiar e políticas públicas: **Avaliação do programa nacional de alimentação escolar – PNAE no município de Campina da Lagoa/PR**. Monografia de Especialização, 53p. Curitiba, 2011.

GUANZIROLI, C. H.– FAO, CARDIM, S. E. de C. S.– INCRA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO, 74p. Brasília, 2000.

KEPPLE, A. W., CORRÊA S. A. M., Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional, **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(1):187-199, 2011.

LAKATOS, E. M., MARCONI M. de A. **Metodologia Científica** – 6ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2011.

MORAES, C. L. de, LIMA D. A. L.L. **Perfil da agricultura familiar no Sudoeste de Goiás**. Pesquisa financiada com o apoio financeiro do Fundo de Incentivo à Cultura do Algodão em Goiás e pela Universidade de Rio Verde – FESURV – Rio Verde, GO, p.1-13, 2003.

ORUÉ, A. L., **Avaliação da merenda escolar e do consumo alimentar de crianças do ensino fundamental em uma escola municipal em Ponta Porã/MS**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Guarapuava, PR, 2011.

PDE – **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <http://gestao2010.mec.gov.br>. Acessado em 14/01/2014.

PINTO, C. R. J., GUAZELLI, C. A. B. **Ciências Humanas: Pesquisa e Método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ROMEIRO, V. M. B. **Gestão da Pequena Unidade de Produção Familiar de Citrus: Uma análise dos fatores influentes no sucesso do empreendimento do ponto de vista do produtor de Bebedouro (SP)**. São Carlos, 2002.

SILVA, A. P. F. da, SOUZA, A. A. de, **Alimentos orgânicos da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar do Estado de Santa Catarina, Brasil**. Revista. Nutr., Campinas, 26(6):701-714, nov./dez., 2013.

SILVA, D. B. P. da, BACCARIN J. G., ALEIXO S. S., FILIPAK A. **Os agentes sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): a percepção dos agricultores familiares**, Rio Claro, 2013.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma Revisão da Literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

TRICHES, R. M. , SCHNEIDER , S. **Reconstruindo o “Elo Perdido”**: a reconexão da produção e do consumo de alimentos através do programa de Alimentação escolar no município de dois irmãos (RS) 2010.(a)

_____ **Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção**. Saúde Soc. São Paulo, v.19, n.4, p.933-945, 2010. (b)

_____ **Desestruturar para Construir: interfaces para agricultura familiar acessar o Programa de Alimentação Escolar**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), Rio de Janeiro, V. 1, p. 66-106, 2012.

TRICHES, R. M. **Reconectando a Produção ao Consumo:** A aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o programa de alimentação escolar, Porto Alegre, 297 f.: il. 2012.

VOOS, A. C. Apoio Fome Zero - Associação de Apoio a Políticas de Segurança Alimentar - **Manual de Gestão Eficiente da Merenda Escolar** - São Paulo, 2ª Edição, 79p, 2005.

APÊNDICE A – Formulário de Pesquisa

Questionário para identificar o perfil dos agricultores familiares de Dom Pedrito que participam do PNAE.

1. Identificação do agricultor (a).

1.1- Sexo F() M()

1.2- Idade _____

1.3- Naturalidade _____

1.4- Se não Pedritense, há quantos anos está em Dom Pedrito? _____

1.5- Nacionalidade _____

2. Identificação da situação familiar

2.1- Quantas pessoas moram na propriedade? _____

3.1 Homens: _____ Idade: _____

3.2 Mulheres: _____ Idade: _____

2.2- Quantas pessoas da família trabalham na produção, de tempo integral? _____

2.3- Contrata mão de obra eventualmente? _____

2.4- Quantos dias por mês? _____

2.5- Quantas horas por dia? _____

2.6- Quantas famílias vivem da renda da propriedade? _____

3. Identificação da Propriedade

3.1- Localização _____

3.2- Quantos Km de Dom Pedrito? _____

3.3- Área da propriedade (há) _____

2.3.1 Própria _____

2.3.2 Arrendada _____

3.4- Quais atividades desenvolvidas na propriedade?

3.5- Existe mais alguma fonte de renda na família?

() Sim () Não

3.6- Qual? _____

3.7- Se sim: Na tua avaliação, qual é a principal?

3.8- Quais produtos estão sendo produzidos na propriedade?

	Produto	área	Produção	Comercializa no PNAE	% para o PNAE
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

4. Identificação do PNAE

4.1- Qual ou quais produtos gostaria de produzir? Quais você identifica como potencial de produção para venda no PNAE?

4.2- Formas de entrega dos produtos (dia e locais)

4.3- Há quanto tempo esta participando do PNAE?

4.4- Quem o contatou para participar do PNAE?

4.5- Como foram feitas as negociações?

4.6- O que o PNAE representa para a família?

4.7- Quais as dificuldades de iniciar a participação no PNAE?

4.8- Tem alguma sugestão de melhoria em relação ao PNAE?
